



TERRITÓRIO USADO EM ÁREAS PROTEGIDAS E ATRATIVOS TURÍSTICOS: EXPLORAÇÃO OU CONSERVAÇÃO AMBIENTAL?

RESUMO

O uso de territórios com paisagens naturais para implantação de atrativos turísticos não é recente, marcando a criação e implementação legal das Unidades de Conservação (UCs), os Parques Nacionais. O Brasil segue essa tendência, onde territórios de várias UCs, detentores de beleza cênica, são usados como atrativo turístico. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, responsável pela criação, gestão e implementação de UCs, divide-as no grupo de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Esse ensaio tem como recorte empírico a APA do Morro do Urubu, em Aracaju/SE, que dispõe de paisagens naturais usadas como atrativo turístico. Como objetivo analisar a instalação de atrativos turísticos na APA, e a conservação socioambiental desse remanescente florestal. A pesquisa foi realizada mediante: análise bibliográfica e documental; entrevista semi-estruturada: responsável pela administração, e coordenador técnico da APA (SEMARH); técnico responsável pelo gerenciamento do Parque da Cidade (EMDAGRO); comandante do Pelotão Ambiental; pesquisa de campo para identificação dos atrativos turísticos, análise dos impactos socioambientais no espaço interno e no entorno. Além dos benefícios ambientais oferecidos gratuitamente, é usada para visitação pública, em função dos atrativos turísticos: Zoológico, Mirante da Santa, Teleférico, e das áreas para lazer e recreação. A apropriação do território para a demanda das atividades turísticas contribui para a dilapidação dos recursos naturais e para a exclusão social daqueles que mantêm laços afetivos com a APA. Assim, tal atividade concorre com os propósitos maiores da conservação socioambiental, recriando lugares e excluindo as comunidades locais do cotidiano. Contudo, para a conservação dos serviços ambientais da APA é necessário criar instrumentos de gestão ambiental, visando o ordenamento territorial; realização de campanhas educativas para visitantes e comunidade local; repasse dos lucros das empresas terceirizadas que usam o território da APA; e cobrança de taxas de entrada para visitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Unidade de Conservação; Atrativo Turístico; Remanescente Florestal; Comunidade Local.

TERRITORY USED IN PROTECTED AREAS AND TOURIS ATTRACTIVE: ENVIRONMENTAL CONSERVATION OR EXPLORATION?

ABSTRACT

The use of areas with natural landscape for deployment of tourist attractions is not new, marking the creation and legal implementation of the Conservation Unit (CUs), the National Parks. Brazil is following this trend, where territories of several CUs, holders of scenic beauty, are used as tourist attraction. The National System of Conservation Units, responsible for the creation, implementation and management of CUs, divide them into groups of Integral Protection and Sustainable Use. This essay is empirical cut to APA from Buzzard Hill, Aracaju/SE, which features natural landscapes used as a tourist attraction. To analyze the installation of tourist attractions in the APA, and socio-environmental conservation of remaining forest. The survey was conducted through: literature review and documentary, semi-structured interview: responsible for administration and technical coordinator of the APA (SEMARH); technician responsible for managing the City Park (EMDAGRO) Environmental platoon commander, field research to identification of tourist attractions, analysis of socio-environmental impacts in the inner space and surrounding areas. Besides the environmental benefits offered free, is used for public viewing, according to tourist attractions: Zoo, Santa's Lookout, Cable Car, and areas for leisure and recreation. The appropriation of land for the demand of tourism activities contributes to the depletion of natural resources and social exclusion of those who maintain emotional ties with APA. Thus, such activity competes with the larger purposes of socio-environmental conservation, recreating places and excluding local communities everyday. However, for the conservation of environmental services of the APA is necessary to create instruments for environmental management, aiming at the territorial, educational campaigns for visitors and local community, transfer of profits from third party companies that use the territory of the APA, and fees entrance for visitors.

KEYWORDS: Conservation Unit; Tourist Attraction; Forest Remnant; Local Community.

*Revista Nordestina de
Ecoturismo, Aquidabã, v.4, n.2,
outubro, 2011.*

ISSN 1983-8344

SEÇÃO: Artigos



DOI: 10.6008/ESS1983-8344.2011.002.0003

**Maria do Socorro Ferreira da
SILVA**

<http://lattes.cnpq.br/9102269983495726>
ms.ferreira.s@hotmail.com

Rosemeri MELO & SOUZA

<http://lattes.cnpq.br/3339056948815053>
rome@ufs.br

Recebido: 29/09/2011
Aprovado: 30/10/2011

Referenciar assim:

*SILVA, M. S. F.; MELO & SOUZA, R..
Território usado em áreas protegidas
e atrativos turísticos: exploração ou
conservação ambiental?. Revista
Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã,
v.4, n.2, p.27-39, 2011.*

INTRODUÇÃO

As primeiras UCs legalmente instituídas nasceram mediante a necessidade de melhorar a qualidade de vida das populações concentradas em ambientes urbanos, nos Estados Unidos, com a criação do Parque Nacional do Yellowstone em 1872, com a finalidade de amenizar os efeitos urbanos, oferecendo-lhes assim, áreas de lazer, detentoras de paisagens com beleza cênica. Esse modelo acabou se proliferando para vários outros países, inclusive para o Brasil.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define os princípios para a criação, gestão e implementação de UC, divide-as em grupo de Proteção Integral ou uso indireto, onde se inserem as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Nacional e Refúgio da Vida Silvestre; e o de Uso Sustentável ou uso direto, que fazem parte: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000). Várias dessas categorias permitem a realização de atividades educativas, recreativas e de turismo ecológico.

Em Sergipe das 16 UCs existentes apenas duas estão localizadas em área urbana, ambas em Aracaju, o Parque Ecológico de Tramanday (Decreto Municipal nº 11.213/11/1996), UC de Proteção Integral, com apenas 3,6 hectares, considerada a menor UC do Estado, abrigando ecossistema de manguezal; e a APA do Morro do Urubu, criada pelo Decreto Estadual nº 13.713 de 14/06/1993, objeto empírico dessa pesquisa, UC de Uso Sustentável, com 213,87 hectares, localizada na zona norte de Aracaju, que resguarda o último remanescente florestal de mata atlântica.

Desde 2008, a APA do Morro do Urubu, vem sendo administrada pela Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). No perímetro da unidade encontra-se o Parque da Cidade, onde está inserido o Zoológico, administrado pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO). Esse território vem sendo usado para diversas finalidades, tais como: atrativos turísticos, de lazer e recreação. Por esse viés, partimos da perspectiva que não existe território sem uso, o que permite tecer uma análise mediante a categoria de análise geográfica destacada por Santos e Silveira (2001), o território usado.

O Parque da Cidade conta com alguns atrativos turísticos que vêm sendo bastante procurados tanto pela comunidade de Aracaju, como de outras localidades. Os principais atrativos turísticos são o Zoológico o Mirante da Santa, o Teleférico, além de várias áreas destinadas para lazer e recreação. É importante (re)pensar na prática da atividade turística que podem comprometer a conservação da APA, pois além de está localizada em ambiente urbano, suas características físicas apresentam vulnerabilidade. Assim, uma atividade mal planejada poderá contribuir para a exclusão social e a dilapidação de seus recursos naturais.

Apesar de avanços na gestão da APA, como a criação do conselho gestor, e oficinas educativas realizadas pela SEMARH em parcerias com outras instituições, é primordial que os

instrumentos de gestão ambiental sejam criados e implementados, como: o plano de gestão e de manejo, o zoneamento-ecológico-econômico, assim como a efetivação de parcerias com outras instituições e/ou empresas privadas, além de campanhas de educação ambiental para os envolvidos. Outras opções que podem auxiliar na manutenção do parque seria o repasse de parcela dos lucros pelas empresas que usam o espaço territorial da APA, e a cobrança de taxa de entrada dos visitantes que usam os serviços ambientais e os atrativos turísticos de maneira direta.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se a partir da realização de levantamento bibliográfico, acerca da temática abordada, e documental (Leis e Decretos); entrevista semi-estruturada com atores sociais que lidam com a administração, gerenciamento e fiscalização da APA, a saber: responsável pela administração e gerenciamento vinculados a SEMARH, gestora das UCs Estaduais, e com coordenador técnico da UC; técnico da EMDAGRO, que executa os serviços operacionais; comandante do Pelotão Ambiental da Polícia Militar de Sergipe; e através de pesquisa de campo na área pesquisada.

As entrevistas possibilitaram a compreensão da apropriação e uso do território pelos atores sociais envolvidos na unidade, aguçando a análise dos interesses diversos nesse território. Já a pesquisa de campo, tanto na área interna como no entorno da APA, possibilitou a análise dos impactos socioambientais e o uso das paisagens como atrativos turísticos nesse remanescente florestal.

REVISÃO TEÓRICA

O uso do território das áreas detentoras de paisagens naturais como atrativo turístico

Para compreender as diversas formas de usos do território em UCs faz-se necessário recorrer às análises de Santos e Silveira, que consideram o território usado. Neste sentido, Santos *et al.* (2002) destacam diferença entre território enquanto recurso, e como abrigo. No primeiro, os atores hegemônicos têm o território usado como recurso, sobretudo para garantir a realização de seus interesses particulares [controlando e/ou usando os recursos naturais, por exemplo] e no segundo, os atores hegemonzados, utilizam o território como abrigo, tentando se adaptarem constantemente ao meio geográfico local, assim como recriando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.

Por esse viés, os recursos naturais inseridos territórios de Áreas Protegidas são usados direta ou indiretamente pelas comunidades locais e pelos turistas, corroborando com conceito de Venturi (2008) que o define como qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, passível de uso direto ou indireto pelo de forma que atenda suas necessidades físicas,

culturais, em determinado tempo e espaço. Portanto, só podem ser compreendidos a partir da relação homem-natureza, mas por um lado, ocorrem e distribuem-se no estrato geográfico segundo uma combinação de processos naturais, e por outro, sua apropriação ocorre mediante os valores sociais que lhes são atribuídos.

Entretanto, foi a partir do século XIX que se iniciou de fato um processo contínuo de preservação de determinadas áreas, com a criação legal da primeira Área Protegida no contexto mundial, o Parque Nacional de Yellowstone¹ em 1872, nos Estados Unidos, com o objetivo de preservar a beleza cênica e seus recursos naturais para outras gerações. Outrossim, suas bases de criação respaldaram-se, também, no potencial de lazer para a população urbana, porém num enfoque que iria tornar-se símbolo para o manejo de UCs criadas posteriormente em várias partes do mundo (BRITO, 2000 citado por MORAES, 2004).

Para Little (2002) a vertente do ambientalismo representa uma clara dimensão territorial onde o valor da apreciação da natureza no seu estado “intocado” foi consagrado. Assim, o modelo norte-americano expandiu-se para o Canadá que criou seu primeiro parque em 1885; Nova Zelândia, em 1894; África do Sul e a Austrália em 1898; México em 1894; Argentina, em 1903; Chile em 1926; Equador em 1934; Brasil e Venezuela, em 1937 (BENSUSAN, 2006). Mas na contemporaneidade vem sendo eticamente questionado, pois exclui as comunidades locais e tradicionais.

No Brasil, apesar da primeira Área de Proteção ter sido institucionalizada em 1937, o Parque Nacional Itatiaia no Rio de Janeiro (BENSUSAN, 2006), conforme Silva & Souza (2010), há registros históricos indicando que a coroa portuguesa e o governo Imperial já realizaram iniciativas de proteção, de gestão e controle dos recursos naturais, com o objetivo de garantir o controle sobre o manejo, principalmente, da madeira e da água que já estavam comprometidos. Durante o Império, D. Pedro II, o imperador ordenou que as fazendas devastadas para o plantio do café fossem desapropriadas e replantadas.

Todavia, há indícios que as primeiras Áreas Protegidas tenham sido criadas em 1861, as Florestas da Tijuca e das Paineiras, objetivando resguardar os recursos hídricos daquela região (DRUMMOND, 1997). Em 1961, através de Decreto passou a ser chamada de Parque Nacional de Rio de Janeiro, e em 1967, em virtude de confusões acerca da nomenclatura foi novamente alterada, denominando-se Parque Nacional da Tijuca (BRASIL, 2004).

As Áreas Protegidas contemplam cada vez mais as necessidades do turismo, sobretudo numa perspectiva do contato cada direto com a natureza. Além dos Parques Nacionais, na contemporaneidade o território de outras categorias dos SNUC vem sendo utilizado para o desenvolvimento das atividades turísticas. Assim, a categoria de análise geográfica, o território usado (SANTOS, SILVEIRA, 2001), permite elencar que não existe território sem uso, seja direto ou indiretamente.

¹ A paisagem natural dispõe de montanhas que ultrapassam três mil metros de altura, rios caudalosos, cachoeiras, vulcões, pântanos, e zonas termais, além dos gêiseres, a mais famosa atração (COSTA, OLIVEIRA & RAMOS, 2002).

Todavia, o turismo é uma atividade econômica que vem crescendo em Áreas Protegidas, portanto, numa visão mercadológica da natureza. Os dados (BRASIL, 2006) apontam para um crescimento mundial entre 10% e 30% ao ano. Por outro lado, gera impactos socioambientais, o que aponta para a necessidade de planejamento territorial, tanto em áreas urbanas como rurais, uma vez que há apropriação e exploração dos recursos naturais inseridos nesses territórios.

Para Yázigli (2002) a atividade turística tem vendido o espaço imaginário, ou seja, espaços reconstruídos simbolicamente pela publicidade, ocultando as reais situações do lugar, como o vandalismo e a miséria, gerando a alienação do turista e a exclusão da população local, uma vez que a mesma não consegue adentrar e/ou participar do processo, pois passa a não se identificar mais com o lugar. Para o autor a paisagem, antes de tudo, interessa aos seus próprios habitantes. Neste contexto, tanto a violência como a pobreza de um determinado local afastam os turistas, e mesmo que tenham sido criados espaços fechados, dificilmente conseguirão manter a visita dos turistas.

A atividade resulta na intensificação no processo de degradação ambiental em virtude da sobrecarga do uso dos recursos naturais, além do aumento de construção de domicílios e geração e disposição dos resíduos sólidos, e instalação de outros estabelecimentos a depender das características físicas do lugar. Neste cenário, há outra preocupação inerente a manutenção das UCs, inclusive no Brasil, onde muitas unidades são resquícios de vegetação, e geralmente o turista não traz consigo a sensibilização e conscientização ambiental, e nem tão pouco afetividades com o lugar, resultando em relações desarmônicas entre comunidade local e os recursos naturais. Desse modo, as relações de poder estabelecidas nesses territórios, a partir da lógica do turismo, têm engendrado inúmeras contradições sobre as formas distintas de apropriação da natureza.

Por conseguinte, as UCs urbanas apresentam maior vulnerabilidade, pois os impactos decorrentes do processo de urbanização resultam em dimensões reduzidas das unidades, pressão humana, introdução de espécies exóticas, contaminação dos mananciais, e raramente estão incluídas como prioritárias nas políticas públicas para a conservação da natureza (MENEZES, 2003) o que dificulta a gestão e gerenciamento das UCs. Os gestores e gerenciadores geralmente enfrentam problemas de ordem econômica, além do reduzido número de funcionários que lidam com a manutenção desses territórios.

Além das características elencadas e dos vários problemas que implicam na perda da biosociodiversidade, Hildebrand, Graça & Hoeflich (2002) abordam que os parques urbanos fazem parte da administração e das políticas públicas, e que os orçamentos são sempre limitados diante de vários outros serviços e necessidades a serem realizadas no contexto urbano.

Essas características corroboram com as idéias de Ortiz, Mota & Ferraz (2001), quando destacam que a mensuração da disposição dos visitantes em pagar pelo uso das áreas verdes [que dispõe de atrativos turísticos], pode ajudar na manutenção desses espaços, permitindo melhor controle sobre o mesmo.

Apropriação e uso dos recursos naturais como atrativos turísticos: um olhar a partir das unidades de conservação

No Brasil são vários os exemplos de territórios de UCs apropriados e usados para a atividade turística imbricando relações contraditórias, que repercutem sobre a vida de comunidades locais e tradicionais, excluídas e/ou expropriadas do território, perdendo o direito de usar o território seja como abrigo e/ou como recurso, além dos diversos impactos ambientais provocados. Nestes aspectos, considera-se que o uso das paisagens cênicas para atrativos turísticos não contemplam a conservação ambiental das UCs, distorcendo as finalidades pelas quais são destinadas.

Os Parques Nacionais representam as mais variadas formas de apropriação e uso das paisagens como atrativos turísticos, engendrando contradições inerentes ao processo. São inúmeros os exemplos de UCs dessa natureza, tais como: do Iguaçu (1939), da Tijuca (1961), dos Lençóis Maranhenses (1981) são ambientes com estruturas físicas frágeis localizados no cerne de pressões no espaço interno e externo, com diversos impactos socioambientais oriundos das atividades turísticas, urbanas e rurais. São territórios recriados para atender as demandas do turismo internacional e nacional, e ao mesmo tempo exclui e/ou expropria territorialmente, socialmente e economicamente comunidades tradicionais e locais as quais dificilmente terão condições financeiras para usufruir dos atrativos turísticos implantados.

Ainda, muitos promotores do turismo vendem uma imagem reconstruída do lugar, por exemplo, a situação de miséria, de violência urbana onde está localizado Parque Nacional da Tijuca, que representa uma das paisagens mais propícias para análise da segregação socioespacial, pois tem como vizinhos de um lado a Favela da Rocinha, considerada a maior do Brasil, e do outro a do Vidigal.

As paisagens da categoria APA vêm sendo bastante procuradas para implantação de atrativos turísticos, uma vez que são permitidos vários usos ao território. Entretanto, a apropriação desigual contribui para o aumento da dilapidação dos recursos naturais face à instalação de atrativos turísticos e/ou instalação de infraestrutura para receber o turista.

As áreas litorâneas são cenários que atraem os promotores do turismo, sendo inúmeros os exemplos de UCs criadas para tal finalidade, sobretudo com o discurso de turismo ecológico que na verdade gera mais impactos socioambientais do que para conservar ambientes.

Entre os exemplos das áreas litorâneas, destacamos: APA Coroa Vermelha, abrangendo partes dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália e a APA Caraíva/Trancoso no litoral de Porto Seguro, ambas criadas em 1993; a APA de Santo Antônio, em Santa Cruz Cabralia (PORTO SEGURO, 2010). A APA de Corumbataí, Botucatu e Tejuπά, localiza-se em Analândia (São Paulo), aflorante do Aquífero Guarani, foi criada em 1983 para proteger as cuevas basálticas, fragmentos de mata atlântica e de cerrado, compondo um cenário de belas paisagens (cachoeiras, represa, morros esculpidos, cuevas, cavernas) usadas como atrativo turístico, que

movimenta a economia da região (PERINOTO, 2007), mas que evidencia vários impactos socioambientais tanto pela atividade turística como por outras atividades agropecuárias, sobretudo no Morro do Cuscuzeiro e do Camelo (ASSONI, 2007; CARMO, 2009).

Contudo, a atividade turística envolve um conjunto de práticas e de visões territoriais recriando lugares. Neste sentido, Luchiari (1998) aborda a nova organização socioespacial calcada na junção entre velhos e novos espaços, gera novas paisagens, consomem outras, e traz ao cenário novos sujeitos sociais, eliminando e/ou marginalizando outros, redesenhando as formas de apropriação do espaço urbano [ou rural], substituindo antigos usos, e elegendo novas paisagens a serem valorizadas pelo prazer.

A criação de UCs para atender as demandas do turismo implica no (re)ordenamento territorial para tal atividade, que resultará na exaustão dos recursos naturais, salvo em áreas de estrito controle, de difícil acessibilidade.

As paisagens usadas como atrativos turísticos e para implantação de infra-estrutura de suporte em Sergipe, embora ainda não seja um polo nacional para essa atividade, apresenta características com potencialidades paisagísticas inerentes ao processo, sobretudo por ainda dispor de um litoral pouco ocupado. O Estado conta com 16 UCs, sendo dez de Uso Sustentável, cinco pertencendo à categoria APA. Entre elas a APA do Morro do Urubu (criadas em 1993) localizada no ambiente urbano de Aracaju, na zona norte, no Bairro Industrial, limitando-se ao norte com o Rio do Sal, ao leste com o Rio Sergipe e ao sul e ao oeste com áreas urbanas.

Em Aracaju como a maioria das cidades brasileiras o processo de expansão urbana desconsiderou-se as limitações e as potencialidades das paisagens naturais, suprimindo as áreas de cobertura vegetal nativa. Assim, a APA do Morro do Urubu, criada para ampliar a área do Parque da Cidade (criado em 1979) foi à única mancha de Mata Atlântica que restou a essa capital.

Vários atores sociais se apropriam e usam o território, seja como abrigo, como recurso e/ou como forma de administrar, gerenciar e implementar, tais como: a comunidade local, proprietários de terra, SEMARH, Defesa Civil, EMDAGRO, Polícia Ambiental Militar, Pelotão de Cavalaria da Polícia Militar, visitantes do parque, Associação de Equoterapia de Sergipe, e empresas terceirizadas ligadas aos atrativos turísticos e infraestrutura para receber o visitante e/ou turista.

Embora resguarde potencial biodiverso, com florestas mesófila decídua e semidecídua e uma variedade de animais, além da importância dos serviços ambientais oferecidos gratuitamente a comunidade local, a gestão e o gerenciamento iniciou-se somente em 2008 através da SEMARH, criada em 2007.

No interior da APA localiza-se o Parque José Rollenberg Leite, conhecido como Parque da Cidade, abrangendo uma área de 90 hectares, o qual desses nove hectares abriga o Zoológico. Em 2000, parcela do Parque da Cidade, 68 hectares, foi aprovada para integrar a Reserva da Biosfera de Mata Atlântica.

O Parque da Cidade tem grande importância para a proteção da biodiversidade, pois abriga várias espécies de vegetação, onde já foram catalogadas 138 espécies, 110 gêneros e 57 famílias, além de várias outras ainda não catalogadas. O parque abriga várias espécies que estão na lista de extinção do país, incluindo o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e o ingá (*Inga edulis*).

A EMDAGRO, responsável pela administração e gerenciamento do Parque da Cidade, vem produzindo mudas de vegetação nativa usadas para a substituição de plantas exóticas, inclusive já foram plantados vários exemplares de pau-brasil pelo parque. O Zoológico abriga mais 400 animais, distribuídas em aves, felinos, répteis e primatas como exemplo, o macaco prego (*Cebus apella*) que se encontra na lista de extinção, totalizando mais de 200 espécies de animais nativos e exóticos. Assim, esse território contribui tanto pela conservação *in situ*² como *ex situ*³.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O uso da paisagem como atrativos turísticos e a conservação dos serviços ambientais

A EMDAGRO é responsável pela administração e gerenciamento da área do Parque da Cidade, contando com nove funcionários públicos (bióloga, veterinário, técnicos), 23 funcionários terceirizados e três estagiários (estudantes de Turismo, Biologia e Medicina Veterinária) que realizam as atividades diárias no parque.



Figura 01: Aulas práticas em 2010.

Neste ambiente, sobretudo no Zoológico são desenvolvidas várias atividades socioeducativas, como a visita-orientada-agendada, onde a bióloga, com auxílio dos estagiários, desenvolve atividades de Educação Ambiental. É comum receberem escolas (Figura 01) de vários

² Proteção de ambientes naturais em seu próprio local de origem.

³Exemplares da fauna são mantidos fora de seu habitat natural, no zoológico, o qual é administrado pela EMDAGRO.

Municípios do Estado, onde além de terem aulas práticas, conhecendo os benefícios da conservação ambiental, propiciam aos alunos atividades recreativas e de lazer em contato direto com a natureza (Figura 02).



Figura 02: Atividade de recreação em 2010.

A Associação de Equoterapia de Sergipe também desenvolve atividades nesse reduto florestal, através do centro de Equoterapia, nas proximidades do Zoológico, destinadas para crianças portadoras de necessidades especiais. A APA também abriga o Batalhão de Cavalaria da Polícia Militar de Sergipe, a qual dispõe de um Centro Hípico, próximo ao Mirante da Santa, destinado para prática de esporte dos militares e adestramento dos animais. A presença do Batalhão contribui para aumentar a segurança no parque.

O Parque é procurado pela comunidade local de terça a domingo, pois o mesmo oferece várias áreas para recreação e lazer, tais como: quatro campos de futebol, sendo dois de *society* e dois de campo; uma quadra de *voley* de areia e uma rampa de *skate*. Além das atividades de recreação, o parque também dispõe de uma pista de 2.200 metros propiciando aos visitantes a possibilidade de desenvolver atividades físicas e esportivas.

O Parque da Cidade⁴ é a área mais visitada da APA, pois além das belas paisagens naturais, existem alguns atrativos turísticos, como: o Zoológico, o teleférico (Figura 03), o Mirante da Santa (Figura 04); além da realização de diversas atividades socioeducativas. Após a reforma, concluída em julho de 2008, a procura da área para atividades de lazer e/ou recreação aumentou consideravelmente, o que vem configurando-o como forte atrativo turístico, com possibilidades de entrar para o roteiro turístico do Estado de Sergipe. Entre os meses de julho a dezembro de 2009 o parque recebeu 116.164 visitantes.

⁴ Horário de funcionamento: Parque da Cidade de terça-feira a domingo (06:00 as 17:00 horas), e Zoológico (09:00 as 17:00 horas) não havendo cobrança pela entrada.



Figura 03: Vista de Aracaju a partir do teleférico.

O teleférico é de responsabilidade de uma empresa particular, que possui cessão de uso, pagando determinado valor ao Estado. É o único atrativo turístico que o visitante paga uma taxa⁵ para usá-lo. O passeio possibilita apreciação de belíssimas paisagens naturais e antrópicas, e uma vista panorâmica da grande Aracaju, possibilitando avistar a Ponte Aracaju – Barra e o Oceano Atlântico.



Figura 04: Mirante da Santa – Nossa Senhora da Conceição.

O Mirante da Santa, localizado ao lado do teleférico, também é um dos principais atrativos, pois permite a visualização de belas paisagens do espaço interno da APA e da grande Aracaju.

Antes da reforma 90% dos visitantes eram da comunidade de entorno. Mas, o parque passou a receber visitantes de vários Municípios do Estado, e já foram percebidos turistas de outros Estados, como da Bahia, de Brasília, de São Paulo e do Paraná, porém com pouca representabilidade.

⁵ Crianças até sete anos não paga; crianças de 8 a 14 anos sem carteira de estudante paga cinco reais; acima de 15 anos com carteira de estudante paga cinco reais; demais visitantes pagam dez reais; pessoas que estão na terceira idade, também pagam cinco reais. O funcionamento do teleférico ocorre entre os dias de quarta-feira a domingo.

Os visitantes do parque usufruem dos serviços ambientais gratuitamente oferecidos, procurando tal espaço com interesses diversos, como: educativos, lazer, recreação e esportes, e ainda para o desenvolvimento do comércio informal, através da venda de gêneros alimentícios nos dias com maior número de visitantes.

Há evidências que o Parque da Cidade seja incluído na rota turística do Estado, entretanto alguns questionamentos são dignos de nota, tais como: a atividade turística atenderá os princípios da conservação ambiental, sobretudo em um ambiente que já evidencia sinais de vulnerabilidades? Como ficará a comunidade local, uma vez que o Parque da Cidade representa sua única opção de lazer e recreação? As empresas promotoras da atividade turística repassarão parcela dos seus lucros para ajudar na manutenção da APA? Qual o destino das favelas instaladas no Morro em seu entorno? E a segurança dos turistas? A cobrança de taxas reverteu algum aspecto de exclusão da comunidade local?

Esses e outros questionamentos aguçam o (re)pensar da instalação de atrativos turísticos, bem como o estímulo para a atividade turísticas. A APA se localiza na parte periférica da cidade, num ambiente que ainda gera o medo das pessoas. A instalação de atrativos turísticos poderá resultar na expropriação e exclusão socioeconômica da comunidade local, que tem um estilo de vida diferente do possível turista que venha a adentrar nesse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de possuir algumas áreas verdes, Aracaju conta apenas com duas UCs urbanas, entre elas a APA do Morro do Urubu, seu último remanescente de mata atlântica, circundado de pressões antrópicas que compromete a sua biodiversidade. As vulnerabilidades ambientais comprometem suas reais potencialidades, e são resultados da falta de planejamento, pois durante muitos anos a APA ficou praticamente sem administração, sendo retomada apenas em 2008 pela SEMARH. Apesar dos avanços, como a criação do conselho gestor em 2010, faz-se necessário a criação e implementação de instrumentos de gestão ambiental, como o plano de gestão e de manejo, e o zoneamento-ecológico-econômico, capazes de disciplinar o uso do território e o manejo dos recursos naturais.

Apesar da APA do Morro do Urubu ser permeada de problemas socioambientais, possui paisagens naturais usadas para a instalação de atrativos turísticos, como o Parque da Cidade, onde está localizado o Zoológico, o Mirante da Santa e o Teleférico, além de várias áreas de recreação e lazer que colocam os visitantes em contato direto com a natureza, além das atividades educativas.

A promoção de atrativos turísticos no interior de APAs constitui um entrave para a conservação ambiental, pois a apropriação desigual do território resulta em usos incompatíveis com os princípios da conservação, além de excluir a comunidade local que mantém laços de maior proximidade em relação a tais usos turísticos.

As comunidades locais geralmente são excluídas do processo, tanto no sentido de moradia como de usar o lugar para lazer e/ou recreação, restando-lhes apenas a luta pelo direito de permanecer no lugar. A tendência é que esses espaços se tornem alvos de especulação imobiliária, motivada pela infraestrutura implantada pelo Estado para alavancar o turismo e a construção de moradias das classes mais favorecidas, tanto no espaço urbano como rural.

Por esse viés, tornar a APA do Morro num ponto turístico da cidade implicará na reorientação do espaço sob ótica da capacidade de carga e demanda do turismo, o que refletirá na exaustão dos recursos naturais, em virtude de ser uma área urbana de fácil acessibilidade, que convive com as mais variadas pressões.

Além dos problemas mencionados, a gestão e o gerenciamento desse território, esbarram na limitação de recursos financeiros e humanos. Nessa perspectiva, já que as empresas terceirizadas e os visitantes do parque se usam o território e seus serviços ambientais, nada mais do que justo que paguem por tal uso para ajudar na manutenção ambiental, através do pagamento de parcelas dos lucros, no caso das empresas, e de taxa de entrada, no caso dos visitantes.

Esses valores auxiliariam de forma significativa para a manutenção do Parque da Cidade e de forma geral da APA. Neste sentido, uma simples simulação pode comprovar tal assertiva, onde tomando como base os seis meses (de julho a dezembro de 2009) que o parque recebeu 116.164 visitantes, se cada um pagasse um real de entrada resultaria em quase R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a serem revertidos para a manutenção da APA.

Esse número poderá ser muito mais elevado, mediante o repasse de parcelas de lucros pelas empresas. Afinal, o próprio SNUC define que as empresas que usam o espaço territorial de UC devem repassar no mínimo 0,5% dos lucros. Outrossim, já existem vários parques no contexto mundial e nacional que adotam o pagamento de taxas de entrada. Todavia, para tal adesão é preciso realizar uma pesquisa sobre a disposição dos visitantes em pagar pelo uso da área verde, investigando o perfil do visitante através do direcionamento de questões sobre: a distância da APA para sua residência, renda dos visitantes, valor que o visitante está disposto a pagar pela entrada, nível de escolaridade, a frequência que visitam a UC, a segurança da área, quais os principais atrativos, entre outras.

REFERÊNCIAS

ASSONI, C.. **Impactos ambientais negativos causados por atividades turísticas no Morro do Cuzuzinho**. Monografia (Graduação em Turismo) – UNICEP, São Carlos, 2007.

BENSUSAN, N.. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: MMA, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, 18 JUL 2000.

BRASIL. **Unidade:** Parque Nacional da Tijuca. Brasília: IBAMA, 2004.

CARMO, J. P. A.. Analândia/SP: desenvolvimento da indústria do turismo e implicações ambientais. **Caminho da Geografia**, v.10, n.32, p.113-126, 2010.

COSTA, H. S. M.; OLIVEIRA, A. M.; RAMOS, M. V.. População, turismo e urbanização: conflitos de uso e gestão ambiental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. **Anais**, Ouro Preto, 2002.

DRUMMOND, G. M.; ANTONINI, Y.. A contribuição da Fundação Biodiversitas para implementação do artigo 7º da Convenção sobre Diversidade Biológica. In: BENSUSAN, N.; BARROS, A. C.; BULHÕES, A.; ARANTES, A.. **Biodiversidade:** para comer, vestir u passar no cabelo? Para mudar o mundo! São Paulo: Peirópolis, 2006. p.31- 48.

HILDEBRAND, E.; GRAÇA, L.; HOEFLICH, V.. 'Valoração Contingente' na avaliação econômica de áreas verdes urbanas. **Revista Floresta**, v.32, n.1. p.121-132, 2002.

LITTLE, P. E.. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma Antropologia da territorialidade. Brasília, 2002. Disponível: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>. Acesso: 20 AGO 2010.

LUCHIARI, M. T.. Urbanização turística, um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: CRUZ, L.. **Da cidade ao campo:** a diversidade do saber fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

MENEZES, P. C.. Raising the priority of urban areas in protected area systems in Brazil and beyond. In: **A paper from the urban imperative:** Urban outreach strategies for protected area agencies. Proceedings of a workshop at the Fifth World Parks Congress, Durban, South Africa, 8-17 September 2003. Disponível: <http://www.interenvironment.org/pa/menezes.htm>. Acesso: 10 SET 2011.

MORAES, M. B. R.. **Área de Proteção Ambiental como agência de desenvolvimento sustentável:** APA Cananéia Iguape Peruíbe/SP. São Paulo: Annablume;FAPESP, 2004.

ORTIZ, R. A.; MOTTA, R. S.; FERRAZ, C.. **Estimando o valor ambiental do Parque Nacional do Iguaçu: uma aplicação do método de custo viagem.** Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

PERINOTO, A. R. C.. Geoturismo nas cuestas basálticas da Alta Bacia do Rio Corumbataí (Município de Analândia/SP). **Global Tourism**, v.3. n.2. p.1-18, 2007.

PORTO SEGURO. **Capítulo 4.** Disponível:http://ftp.cprm.gov.br/pub/pdf/ps/historico/hist_conservacao.pdf. Acesso: 08 OUT 2010.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. S.. **O papel ativo da Geografia:** um manifesto. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12. Florianópolis, 2000.

SERGIPE. **Decreto nº 13.713 de 14 de junho de 1993.** Institui a criação da Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu. Aracaju, 14 JUN 1993.

SILVA, M. S. F.; MELO & SOUZA, R.. Unidades de Conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais. **Terr@Plural**, v.3, n.2, p.241-259, 2009.

VENTURI, L. A. B.. **Ensaio Geográficos**, São Paulo: Humanitas, 2008.

YÁZIGI, E. A.. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E. A.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A.. **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.133-155.